STJ00100800

RODOLFO DE CAMARGO MANCUSO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL

13.ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00100800

Recurso Extraordinário e Recurso Especial

13.ª edição revista, atualizada e ampliada
de acordo com as Leis 11.417/2006, 11.418/2006, 11.672/2008, 12.322/2010
e Emendas Regimentais do STF e STJ

Rodolfo de Camargo Mancuso

1.ª edição: 1990 – *2.ª edição:* 1991 – *3.ª edição:* 1993 – *4.ª edição:* 1996 –
5.ª edição: 1998 – *6.ª edição:* 2000 – *7.ª edição:* 2001 – *8.ª edição:* 2003 –
9.ª edição: 2006 – *10.ª edição:* 2008 – *11.ª edição:* 2010 – *12.ª edição:* 2012.

Thomson Reuters ProView
INCLUI VERSÃO ELETRÔNICA DO LIVRO

© desta edição
[2015]

Editora Revista dos Tribunais Ltda.

Marisa Harms
Diretora responsável

Visite nosso *site*
www.rt.com.br

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP – Brasil

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil
[04 – 2015]
Profissional

Fechamento da edição em
[24.03.2015]

Cópia não autorizada é crime
ABDR
Associação Brasileira de Direitos Reprográficos
Respeite o direito autoral
Editora Afiliada

ISBN 978-85-203-6309-6

STJ00100800

Sumário

NOTA À 13.ª EDIÇÃO 11

LISTA DE ABREVIATURAS 19

• CAPÍTULO I

1. Aspecto terminológico: a palavra "recurso" 21
2. Os componentes do recurso 23
   2.1 Pressão psicológica 23
   2.2 Anseio de preservação do "justo" 29
   2.3 Temor da irreparabilidade do dano jurídico 39
3. Primeira abordagem sobre os recursos extraordinário e especial, à leitura dos respectivos permissivos constitucionais 45

• CAPÍTULO II

1. Os meios de impugnação 51
2. Enquadramento dos recursos extraordinário e especial dentre os meios de impugnação 57
3. O "preparo" 65

• CAPÍTULO III

1. A chamada "crise do Supremo": origens e tentativas de superação 77
2. Análise de algumas dessas tentativas 86
   2.1 Arguição de relevância 86
   2.2 Óbices regimentais 93
   2.3 Aumento do número de ministros 102
   2.4 Outras providências, de caráter normativo 106

• CAPÍTULO IV

1. Superior Tribunal de Justiça: breve histórico de sua concepção. Sua consagração na atual Constituição Federal 111
2. Distribuição do tradicional conteúdo do recurso extraordinário entre o STF e o STJ 119

STJ00100800

• CAPÍTULO V

1. Recursos extraordinário e especial: enquadramento dentre os recursos "excepcionais" 129
2. Recursos extraordinário e especial: características comuns 133
   2.1 O prévio esgotamento das instâncias ordinárias 133
      2.1.1 O conceito de "causa decidida" 141
   2.2 Não são vocacionados à correção da injustiça do julgado recorrido 158
   2.3 Não servem para a mera revisão da matéria de fato 165
   2.4 Apresentam procedimento desdobrado ou bipartido 177
   2.5 Os fundamentos específicos de sua admissibilidade estão na CF e não no CPC 193
   2.6 O pré-requisito da *repercussão geral das questões constitucionais* (CF, § 3.º do art. 102 – EC 45/2004) 197
   2.7 A execução que se faça na pendência do RE e do REsp é provisória 221

• CAPÍTULO VI

1. O sistema de admissibilidade dos recursos 241
2. CF: art. 102, III, *a* (recurso extraordinário por contrariedade à Constituição), e art. 105, III, *a* (recurso especial por contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal). Alcance das expressões "contrariar" e "negar vigência" 246
   2.1 Uma visão sobre os tipos de sentença afrontosos à norma 257
   2.2 A contrariedade ou negativa de vigência a tratado federal 269
3. O que se entende por "lei federal"? 275
4. Sobrevive a Súmula 400 do STF? 283
5. Decisão que declarou a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal: a hipótese do recurso extraordinário pelo art. 102, III, *b*, da CF 291
6. Acórdão que julgou válido *ato de governo local* contestado em face de lei federal: hipótese de REsp pelo art. 105, III, *b* (EC 45/2004). Se o texto (*lei ou ato de governo local*) validado na decisão recorrida fora contestado em face da CF: hipótese de RE pelo art. 102, III, c. Se o texto (*lei local*) validado na decisão recorrida fora contestado em face de lei federal: hipótese de RE pelo art. 102, III, *d* (EC 45/2004) 300
   6.1 O prequestionamento da matéria objeto dos recursos extraordinário e especial 309
7. Decisão que deu à lei federal interpretação divergente da atribuída por outro Tribunal: a hipótese do recurso especial, pela alínea c do art. 105, III, da CF 329

• CAPÍTULO VII

1. A "adesão" nos recursos extraordinário e especial 355
2. O RE e o REsp interpostos em modo retido 369
3. A interposição simultânea do RE e do REsp 383

STJ00100800

4. O manejo *por amostragem* dos RE's e REsp's massivos e repetitivos 399
5. O direito intertemporal e seus reflexos nos recursos extraordinário e especial 405
6. Na Justiça do Trabalho 414
7. Sobre os recursos extraordinário e especial em matéria penal 431

BIBLIOGRAFIA 441

• APÊNDICE

1. Textos legais: 457
   1.1 Constituição Federal 457
   1.2 Código de Processo Civil 457
2. Regimentos Internos de Tribunais 465
   2.1 Supremo Tribunal Federal 465
   2.2 Superior Tribunal de Justiça 470
   2.3 Tribunal Regional Federal da 3.ª Região 472
   2.4 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo 473
3. Súmulas 476
   3.1 Supremo Tribunal Federal 476
   3.2 Superior Tribunal de Justiça 480
4. Novo Código de Processo Civil 483

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 493